



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

## ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (05-10-22).

Ao quinto dia do mês de outubro de dois mil e vinte dois, quarta-feira, às nove horas e doze minutos, foi realizada a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças, Legislação e Justiça: (Presidente: Fernando Sampaio; Vice-Presidente: Ediraldo Ramos; Vogal: Adimar Cota) de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Maurício Borges; Vice-presidente: Ricardo Miranda; Vogal: Edson Agostinho); de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Edson Agostinho; Vice-presidente: Ediraldo Ramos; Vogal: Ricardo Miranda). **Participação da Reunião:** Os Vereadores Ricardo Miranda, Marcelo Macedo e Fernando Sampaio. **Registraram Presença:** Newton Godoy (Secretário Municipal de Obras); Karla Sabino (Coordenadora de Aprovação de Projetos); Dr. Israel Quirino (Subprocurador de Assessoria Jurídica); Clayton Alexandre Ferreira (Técnico de Orçamento e Redes de Distribuição CEMIG); Hélcio Martins Borges (Gerente de Relações Comunidades e Institucional da Cedro); Anderson Ribeiro Mourão (Agente de Relacionamento com Clientes do Poder Público da CEMIG); Anízio Vianna (Economia e Inovação Fundação Renova); Arlinda (Secretária Municipal de Administração); Carlos Alberto de Moura (Representando a Claro); Charles Gonçalves (Representando a Valenet); Cristiane Costa (Representando a DEMUTRAN); Denise Coelho de Almeida (Secretária Municipal de Meio Ambiente); Guilherme Schulz (Gerente de Relações Institucionais Transcotta); João Paulo Martins (Chefe Substituto do Escritório Técnico de Mariana IPHAN); Larissa Brandão (Relações Institucionais Fundação Renova); Marcella Pimenta (Analista de Relações Institucionais Telefônica Brasil S.A. | Vivo); Otávio Barbosa da Silva Soares (Gerente Regional da ANATEL no Estado de Minas Gerais); Priscilla Nilo (Analista de Desenvolvimento Socioinstitucional Samarco); Ricardo Diniz (Gerente de Relações Institucionais Telefônica Brasil S.A. -|Vivo); Rodolfo Anderson Lopes Pereira (Chefe do Departamento de Fiscalização); Valdirene Caetano (Coordenadora de Arrecadação da Receita Municipal); Vinícius Martins (Coordenador de Manutenção Valenet); Wellington Silva (Agente de Proteção da Receita CEMIG); Winder Rodrigues Pinheiro (Coordenador de Segurança Patrimonial); Henrique F. Ribeiro; Ana Cristina Souza Maia (Presidente do COMPAT e oficiala do Cartório de Registro de Imóvel e a presidência da ADEM); Edvaldo Andrade (Secretário de Governo); Gilsele Marins (Representando Fundação renova); Otávio Barbosa (Representando ANATEL); Priscilla Nilo (Analista de Desenvolvimento Socioinstitucional, Samarco); Larissa Viana; Silas Sampaio Teixeira (Coordenador do Departamento de Turismo); Aparecida Tavares e Supermercados BH Loja Mariana. **ABERTURA:** “em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” O Vereador Fernando Sampaio, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, justificou a ausência do Vereador Édson Agostinho por questão de consulta médica previamente agendada na cidade de Belo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

Horizonte. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Karla Sabino, que comentou sobre **Projeto de Lei n.º 169/2021** de autoria do Prefeito Municipal que “Institui o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Mariana”, ressaltando que ele foi apresentado no mês de abril deste corrente ano e não restam grandes dúvidas ou solicitações de alterações. Encaminhou parte do e-mail a Câmara que questionou sobre essas alterações, bem como o Departamento de Trânsito - DETRAN também não se manifestou diretamente solicitando nenhum tipo de alteração no plano elaborado por uma equipe de consultoria contratada e finalizado em uma audiência pública no ano de dois mil e vinte. Comentou também que uma das contratadas, a Sra. Patrícia, foi a responsável pela elaboração juntamente a equipe da prefeitura, que não foi possível sua presença hoje nesta reunião, porém esteve presente nas apresentações que ocorreram anteriormente. Uma alteração feita por solicitação da Sra. Aparecida, foi a respeito de um termo que em um trecho da lei dizia “pessoas portadoras de deficiências físicas”, mas o correto seria “pessoas com deficiência.” A Sra. Karla acredita que essa alteração foi solicitada pela própria Câmara, citando que o projeto permanece na câmara desde que enviado. Além disso, afirmou estar anteriormente definido que seria votado com o plano diretor, mas que isso não aconteceu, para ser votado posteriormente com as outras leis. Concluindo, disse entender que a minuta esteja finalizada por ausência de sugestão de alteração, manifestação ou reclamação. Dessa forma o Vereador Fernando perguntou se alguém tem alguma dúvida ou sugestão, sem resposta, ele entende como positivo. Quanto ao **Projeto de Lei Complementar n.º 211/2021** que “Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Mariana” a Sra. Karla Sabino disse que foi discutido no mês de abril deste corrente ano, nas reuniões semanais, teve alguns apontamentos, as alterações ficaram na responsabilidade do Dr. Israel Quirino e a versão feita por ele foi encaminhada novamente à Câmara. Além disso, houve uma reunião com os comerciantes do jardim, na Câmara, onde ocorreu uma discussão para criação de regras para fechamento das vias. Disse entender que o projeto não é perfeito, mas é um avanço, pois todos os artigos foram muito bem analisados e acredita que está apto para ser votado. Porém, trata-se de uma situação bastante dinâmica e deverá sempre ser discutida conforme evolução do Município. Com a Palavra a Sra. Valdirene ressalta que o código de posturas não aborda nada sobre os alojamentos e que seria interessante se o tema fosse discutido. A Sra. Karla afirmou que estão, sim, tendo problemas com os alojamentos, falou do momento que Mariana está passando com a questão da população flutuante, problemas que geralmente acontecem nos bairros residenciais, criam-se repúblicas com várias pessoas, causando um transtorno para a população. Na lei não tem muito sobre o assunto. No anexo cinco do Plano Diretor, na parte de uso do solo, não se cria grandes restrições em relação à instalação de alojamentos na cidade. Sobre esse assunto, na seção três do Código de Posturas fala dos hotéis, restaurantes, bares e similares. Artigo cento e dezesseis, devem se observar as seguintes regras: roupas de cama, mesa e banho higienizadas; inclui os alojamentos, exigindo a obrigatoriedade de alvará de funcionamento para abrigos temporários, alojamentos, albergues, repúblicas e domicílios coletivos cuja população residente seja superior a cinco pessoas sem vínculos familiares entre si. Talvez a criação de regras para a liberação do alvará seja a solução. A Sra. Valdirene acha viável que trabalhem com alguns critérios. Disse que na Secretaria de Receita, chegam muitos questionamentos de empresas novas no Município



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

a respeito de alvará para os alojamentos. Com essa população flutuante vem chegando reclamações da própria população que muitas vezes se instala na vizinhança e por não ter regras ou critérios acabam sendo vizinhos que tumultuam um pouco devido realização de festas em excesso e muita música alta. Comenta que ela mesma já passou por isso na sua vizinhança. O Vereador Fernando sugere, se for legal, colocar no Código de Posturas algum artigo restringindo ou limitando algumas coisas para liberação de alvarás de alojamentos, para haver a devida fiscalização, já que o plano diretor está atrasado e possivelmente não será votado neste ano. E os Códigos de Posturas e de Mobilidade Urbana já estão aptos a serem votados. Deve-se verificar se há a legalidade. O Sr. Newton Godoy concordou e acrescentou que uma das consequências negativas seriam o impacto no trânsito e que acha importante aproveitar a oportunidade. A Sra. Valdirene compartilhou que recebeu uma denúncia com a vigilância sanitária onde relatava que no Distrito de Padre Viegas foi montado um alojamento abrigando cento e cinquenta pessoas, incomodando muito a vizinhança. Afirmou que criando essas condições e critérios e especificando como deveriam ser esses alongamentos, estaríamos ajudando tanto as pessoas que estão vindo trabalhar em Mariana quanto os moradores. A Sra. Karla comenta que poderiam avaliar se criam um anexo ou inserem, ou modifiquem algum artigo impondo regras para os alojamentos, na questão de higiene, sanitários, roupas de cama, quantidades de pessoas de acordo com tamanho da área e também veículos na rua conforme o número de moradores nas repúblicas e possuir garagens. Com a palavra a Sra. Valdirene comentou que na Rua do Hospital onde a sua irmã reside, tem uma dessas empresas, e que não é possível estacionar carro, uma vez que as ruas são totalmente tomadas pelos carros dos empregados de empresas que residem no local. Conta que teve que acionar a guarda municipal duas vezes porque eles estacionam até na frente das garagens dos moradores. Reforça a necessidade de exigência de alvará para serem realizadas as devidas vistorias. O Vereador Fernando comenta que o erro é do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN visto que é responsabilidade deles a contratação de empresas de estacionamento rotativo, em decorrência da demora para a sua substituição, já que tem quase um ano que a empresa pediu distrato e até hoje não foi contratada outra. Acrescenta que já cobrou o DEMUTRAN, mas sem retorno e que cabe ao próprio departamento resolver essa situação ou explicar à população o que está acontecendo, pois estão cobrando os vereadores. O Vereador Fernando passou a palavra para o Sr. Rodolfo, que comentou achar importante a vistoria nos alojamentos, que recebem várias denúncias. Quando o código de postura for aprovado será necessário fazer um trabalho forte de vistoria e levar a informação a todos, deixando claro que o código de postura não está para atrapalhar e sim para ajudar e melhorar a qualidade de vida da população. O Sr. Carlos, disse que na leitura do Código de Posturas não identificou nenhuma menção à rede de telecomunicações, que por parte da empresa Claro valida o documento, até porque participaram das vistorias em campo agendadas pelo Município e deram sugestões pertinentes à época. A Sra. Denise usando a palavra comentou sobre a coleta de lixo, na questão de trânsito e estacionamento, que muitas vezes o caminhão fica impossibilitado de entrar nas ruas e a coleta não é feita adequadamente, o que acaba prejudicando o serviço prestado. O Vereador Fernando concordou, cobrou solução do DEMUTRAN e perguntou se a Sra. Cristiane teria alguma posição relacionada ao fato, sem resposta. A



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000.  
www.camarademariana.mg.gov.br

Denise esclareceu que a Cristiane escreveu no chat que estava sem acesso ao microfone. O Fernando pede suporte para ser solucionado esse problema, uma vez que a mesma estava na reunião representando o DEMUTRAN e seria importante seu posicionamento. Enquanto isso, passou a palavra para o Sr. Silas, que completou dizendo da poluição visual que é causada pela coleta inadequada do lixo, citando pontos como a esquina da rua direita e centro histórico, causada muitas vezes pelo descarte indevido do lixo por moradores e comerciantes nos dias e horários errados. Acrescentando que visitantes e turistas muitas vezes reclamam dessa poluição e sugeriu que fosse contemplado também no Código de Posturas. A Sra. Karla ressaltou que está previsto no código o município adotar sistema de recolhimento separado, divulgar dias e horários de coleta, tipos de embalagens a utilizar e veículos de coleta. Sugeriu uma possível elaboração de uma cartilha e campanha para conscientizar os comerciantes e moradores que residem no centro histórico. Com a Palavra a Sra. Denise disse que solicitou à Secretaria de Comunicação iniciar uma forte campanha de conscientização sobre essas normas de destinação de resíduos que está prevista na Política Municipal de Gestão de Resíduos, aprovada recentemente pela Câmara, para posteriormente começar a fiscalizar e cobrar. Pois se trata de uma responsabilidade compartilhada entre poder público e privado. Em seguida, a Sra. Aparecida Tavares agradece a oportunidade e em seguida comenta sobre os lixos e lixeiras alocadas fora do local devido, ficando até no meio das calçadas, principalmente na Praça da Sé, atrapalhando a passagem de pessoas com deficiência física ou visual, sendo um obstáculo para essas pessoas e dificultando a acessibilidade. Concluiu ser muito importante ter a participação de todos, governantes, legisladores, moradores e visitantes e que essas demandas estejam bem definidas no Código de Posturas e Acessibilidade. O Vereador Fernando passa a palavra para a Sra. Cristiane Cota, que começa sua fala saudando e desejando um bom dia a todos, disse estar com um problema no áudio e entrou com o celular. Alegou que o DEMUTRAN teve mesmo um problema em relação à empresa prestadora de serviços de estacionamento rotativo, conseguiram finalizar o processo de distrato, e agora com um novo diretor do departamento estão prestes a fazer uma reunião para discutir sobre os rotativos. Ressalta a importância dos rotativos para melhorar o trânsito da cidade, dando ênfase ao centro. A ideia inicial é que os rotativos sejam implantados primeiramente na parte central e sendo gradualmente implantados nos bairros, pois precisam da fiscalização para que o serviço seja eficiente. Haverá o lançamento de uma campanha para conscientizar os motoristas e diminuir o impacto. Disse que o problema em relação ao número de veículos de empresas é real. O Vereador Fernando perguntou se teria um prazo para o rotativo voltar a funcionar, e a Sra. Cristiane respondeu que não consegue responder no momento, pois não sabe o tempo certo que a instalação e a parte burocrática irão demandar. O Vereador Fernando perguntou quanto tempo o serviço do rotativo está parado e se já está se aproximando de um ano e a Sra. Cristiane respondeu que o contrato foi suspenso já faz algum tempo e que só agora conseguiram firmar o distrato. Concluiu dizendo que não dependia só do Departamento. O Vereador Fernando afirmou que o DEMUTRAN é responsável, pois é o gestor do contrato. Não podia deixar a empresa apenas paralisar as atividades sem antes ter uma nova empresa contratada e ficar quase um ano sem os serviços, prejudicando a população. Solicitou que seja enviado um requerimento solicitando informações sobre a data da suspensão do rotativo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

e quais as penalidades foram aplicadas à empresa nesse período. Usando a palavra, o Sr. Ricardo Diniz agradeceu e elogiou o município por abrir a participação de todos de maneira democrática e fez observação para reflexão de um possível conflito de leis, normas e competências federais entre o **artigo cento e setenta e seis do Código de Posturas** e as leis **13.116/2015**, **11.934/2009** e **Decreto 10.480/2020**, **LGP** e **Constituição Federal** que normatizam as competências para legislar sobre telecomunicações. A Sra. Karla ressalta que o artigo cento e trinta e seis trata sobre o licenciamento para instalação de antenas, estações e distribuições, pois temos uma área de preservação histórica e precisa ser avaliado o local, encontrar um equilíbrio e solução razoável para a instalação da linha sem causar poluição visual. O Sr. Ricardo Diniz ressaltou a importância da lei remeter as análises ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, sendo isso segurança jurídica para todos. Disse que a questão do distanciamento o preocupa bastante, pois já existe na Lei **11.934/2009**, inclusive no próprio site da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, uma desmistificação sobre a necessidade do distanciamento para determinadas áreas, principalmente nos casos de hospitais e escolas onde a necessidade de uma telefonia móvel se faz realmente necessário. Se colocou à disposição para se reunir e mostrar todo esse arcabouço da legislação para dar segurança e fluidez no processo de licenciamento. A Sra. Karla concordou, agradeceu e ressaltou que temos que ter cuidado com as paisagens urbanas, não só em relação ao patrimônio, mas também com a segurança das pessoas, pois temos ali um equipamento de grande porte que no caso de um vento forte pode colocar em risco a população em torno. Ter o cuidado com locais consolidados e ocupados, pois ninguém quer uma torre próximo à sua casa. Sabemos da importância da telecomunicação, o Município tem feito expansões para os distritos levando conexões a todos. Para isso o regramento é necessário para encontrar equilíbrio e soluções razoáveis. Com a palavra, a Sra. Denise voltou ao assunto da paisagem, e questionou se o Código prevê alguma medida sobre transtornos e reclamações da população quanto aos cabeamentos de telefonia e internet desativadas, mas que continuam pendurados nos postes, alguns até caídos no chão. A Sra. Karla respondeu que não tem a previsão neste Código de Posturas, mas fizeram visita técnica com os vereadores nas vias públicas, foi definido que o Município faria um decreto dando prazo para as empresas retirarem os cabos mortos e depois do prazo para as adequações iriam elaborar um plano de diretor das telecomunicações, onde seriam criadas as regras. Foi encaminhado à Procuradoria, porém no momento não sabe informar se houve este decreto foi efetivado. O Vereador Fernando passou a palavra ao Sr. Hélcio Borges, que expôs sua opinião como cidadão, sobre um problema que vem afetando muito a imagem do município, as grandes filas nos estabelecimentos, principalmente nos bancos e lotéricas, que é preciso organizar isso também, pois muitos vem dos distritos com idosos e crianças, ficam expostas ao sol e chuva e isso não poderia acontecer. A Sra. Karla disse que se trata de uma questão humana, e em seu entendimento poderiam criar e colocar alguma regra no próprio alvará de funcionamento, para resolver a situação e diminuir esse impacto. Com a palavra o Sr. Clayton voltou ao assunto dos cabos mortos dizendo que em outra reunião já foi abordado o tema. Onde foi informado quais empresas que atuam na cidade e possuem o contrato com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, para ser tomada uma ação conjunta com o Município, para que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

elas mesmas possam realizar a regularização e retiradas dos cabos soltos. Porém, temos algumas empresas clandestinas, ou seja, não tem nenhum tipo de acordo ou contrato com a CEMIG. O Vereador Ricardo ressaltou que existem algumas empresas que estão efetuando a remoção, porém os cabos são jogados em lixeiras, amarrados em postes, deixados nas ruas, que acaba da mesma forma oferecendo risco a população e causando poluição visual. Sugeri a criação de um projeto de lei e finalizou dizendo ser bem chato ver a cidade crescendo e esses cabos soltos, no centro, em todos os lugares, chega a ser um impacto visual horrível. Tem que achar um jeito de detectar essas empresas clandestinas para exigir a remoção imediatamente. Já tem tempo que estão falando desse assunto e o problema continua. O Vereador Fernando respondendo o Vereador Ricardo disse que tem que ser feita uma cobrança a prefeitura, pois numa das visitas realizadas definiu-se que iriam elaborar e apresentar um projeto de lei à Câmara e isso não aconteceu. Entende que cabe à CEMIG a fiscalização: ela cede o espaço, é responsável pelos postes e tem que ter um meio de localizar e punir as empresas que por questões de custos não retiram os cabos inutilizados após o cancelamento dos serviços pelos consumidores. O Sr. Clayton disponibilizou arquivos com os nomes das empresas que utilizam os postes da CEMIG, e usando a palavra disse concordar em partes com o Vereador Fernando, pois de acordo com órgãos reguladores como a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL a CEMIG só pode realizar a remoção diretamente de cabos das empresas que estão em situação clandestinas no caso de situação de risco iminente e emergência. No caso onde a empresa tenha o contrato, a CEMIG deve exigir que a própria empresa retire os cabos, pois os cabos são propriedades da terceirizada. O Vereador Fernando sugere ao município notificar à CEMIG sempre que a fiscalização encontrar cabos soltos ou excesso deles, nas vias. Pois a CEMIG tem que ser provocada para agir e nos dar a resposta. O Sr. Clayton lembrou da última reunião em que foi definido que fariam um acordo junto às empresas, para que fossem repassados os locais onde estão havendo os problemas para ter uma atuação conjunta, CEMIG e Prefeitura nas fiscalizações e empresas de telecomunicações fazendo as regularizações desses pontos. O Vereador Fernando concordou e disse que primeiro irão elaborar a lei. Até hoje a Prefeitura não enviou o projeto para a Câmara, mas se não enviarem, os próprios vereadores presentes nesta reunião irão elaborar, pois não pode continuar a situação que está em Mariana. A Sra. Valdirene solicitou a lista das empresas, disse que conferirá se todas estão licenciadas no Município e apesar de não ser sua área de atuação irá procurar saber se existe alguma legislação para ser colocada no alvará, de modo a contribuir com essa fiscalização. Esclareceu que a partir do momento que uma empresa tem o contrato com a CEMIG ela tem que assumir a responsabilidade com esses prestadores de serviço. O Sr. Clayton diz que a CEMIG tem sua participação sobre esse problema, mas não tem toda a responsabilidade, pois as próprias empresas de telecomunicações também têm suas responsabilidades definidas pelos órgãos reguladores, como, por exemplo, a identificação de suas redes. A Sra. Valdirene afirma não ser possível os responsáveis pelas fiscalizações da Prefeitura retirarem esses fios, visto que eles não conseguiriam identificar quais estão inativos. O Sr. Rodolfo questionou sobre a troca de caixa de distribuição subterrâneas danificadas, o Sr. Anderson Mourão respondeu que se tiver identificação descrita como propriedade da CEMIG, é só contatar que a troca será



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

realizada. Qualquer cidadão pode acionar o número de telefone cento e dezesseis que o atendimento será realizado. O Vereador Fernando pergunta à Sra. Karla se será possível incluir regras das repúblicas no código de postura. A Sra. Karla disse que avaliará com o Dr. Israel, a Sra. Valdirene e com o Sr. Rodolfo, a inserção de condicionantes que serão exigidos na solicitação de alvará ou talvez a criação de anexos detalhando critérios obrigatórios, incluindo veículos de empresas, transbordo, número de pessoas não familiares. O Vereador Fernando perguntou também se teria problema votar juntos o Código de Mobilidade Urbana e Código de Posturas, haja visto que o Plano Diretor teve o atraso. A Sra. Karla respondeu dizendo não ver prejuízo em relação ao plano diretor. O Vereador Fernando perguntou se alguém ainda tinha dúvidas sobre os dois códigos e se poderia levar para votação dos vereadores e a Sra. Karla sugeriu aguardar a discussão sobre o anexo citado acima e que até o dia vinte de outubro desta corrente enviará toda a documentação para a Câmara dar seguimento no processo de votação e aprovação conjunta do Código de Posturas e Plano de Mobilidade Urbana. A Sra. Valdirene sugeriu que essas tratativas sejam regulamentadas através de um decreto municipal, mas o Vereador Fernando afirmou ser melhor tratar por lei por ser menos flexível. A lei dá mais segurança e evita alterações por decisões e vontades pessoais. E se no futuro alguma alteração se fizer necessária caberá aos vereadores votarem. O Vereador Fernando levantou discussão sobre como seriam tratados a questão dos carros estacionados nas ruas, pois tem na cidade tem muitas casas que não tem garagem e o próprio morador usa a rua como garagem. No centro histórico, mesmo que o morador queira, ele não pode por lei construir uma garagem. A Sra. Karla ressaltou que tudo foi agravado por causa das empresas e primeiramente tem que se fazer um regramento para elas e quanto aos moradores pode ser fazer uma campanha de conscientização ou uma forma mais sutil para tratar, pois no centro histórico é proibido de ter garagem e não concorda que espaço público seja usado como particular. Se alguém quer ter um veículo tem que ter solução para isso, mas não sabe o que a lei diz a respeito. Segundo o Sr. Newton Godoy o problema são os excessos, pois estaciona às vezes o carro da empresa na rua e ainda tem seu carro particular. A Vale, por exemplo, recolhe seus funcionários com micro-ônibus para embarcar num ônibus maior. E esses carros de companhia poderiam ter um estacionamento na periferia e uma van para recolher o seu pessoal. Hoje vemos três ou quatro carros à frente de cada casa sem uma garagem e ainda tem um carro particular usando esse mesmo espaço e de alguma maneira temos que organizar isso. Segundo Valdirene, talvez possam fazer um levantamento dessas empresas que estão utilizando as vias como estacionamentos. Poderíamos solicitar a relação da frota quando forem solicitar o licenciamento e questioná-los de onde ficariam os veículos, se possuem garagem, praticamente andando nas ruas conseguiremos verificar as empresas que nos geram esses problemas. Talvez possamos fazer um levantamento para depois discutirmos uma solução. Segundo o Vereador Ricardo, o estacionamento da Arena [Mariana virou um estacionamento de ônibus. O Sr. Rodolfo disse que após levantamentos tem alguns pontos utilizados de garagens, a maioria próximo ao Dandara, Colina e na parte baixa da cidade. Segundo a Cristiane foi realizada uma conversa com as empresas para fazer exatamente esse levantamento, o número de veículos das empresas que estão circulando no Município, se tem garagem própria ou não, pois é responsabilidade da empresa não utilizar espaço público como



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

garagem. Irão retomar essa conversa para uma atualização e ver que medidas serão tomadas para diminuir o impacto no trânsito. O Sr. Guilherme sugeriu atuação na origem, pois essas empresas prestam serviços para grandes empresas da região. Talvez fosse o caso, da legislação colocar condicionantes e apresentação de plano de guarda de veículos, proibindo estacionamentos nas vias públicas, garantindo que o contratante coloque no BID, filtre as contratadas e se responsabilize pelos estacionamentos indevidos. Encerrando, o Vereador Fernando disse que irá aguardar o envio dos documentos do Código de Posturas, conforme acordado para levar os dois códigos para votação, e infelizmente não poderá no momento levar para votação o Plano Diretor porque ainda não está liberado. Segundo a Sra. Karla, estão trabalhando empenhados na finalização do Plano Diretor, mas no momento não pode estipular uma data para enviá-lo e que vai agendar uma conversa para demonstrar o que está sendo feito, confirmando que podemos votar independentemente esses dois projetos, discutidos nessa reunião sem prejuízo para o Plano Diretor. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Fernando encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**